

ENSINO SUPERIOR/OPINIÃO

Tribuna

Graus universitários: o que são e o que valem

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

Correntemente se afirma que Portugal é o País europeu que mais usa e aprecia os títulos profissionais. Há nisso uma certa verdade, só que muitas vezes a crítica provém dos que não possuem graus universitários e descarregam sobre os outros as suas frustrações. Na maldita inveja que define o homem português, não se consente que os outros possuam, mesmo pela via do mérito, aquilo que a vida não nos deu. Mas com igual verdade se pode dizer que muitos apenas utilizam os títulos por mera vaidade ou para buscar honrarias. Nestes casos a crítica é procedente, porque não são os graus que dignificam as pessoas, mas estas que pelo comportamento social valorizam os títulos que juntam aos nomes.

Vem do liberalismo o hábito de mostrar em sociedade a designação equivalente ao estrato profissional. O galardão começou por ser exclusivo dos diplomados em medicina ou em direito a quem o grau universitário

capelo e bofia. Mas na expressão oral tinham o mesmo peso e significado. E desde o 2.º quartel do nosso tempo, com os progressos do ensino técnico, também os licenciados em engenharia passaram a usufruir do título profissional compatível: o de engenheiros da sua especialidade própria.

Perante a avalanche de títulos que inundou o país, houve necessidade de distinguir os licenciados dos que tinham conquistado o grau supremo. Estes passaram a ser conhecidos como professores, pelo facto de assegurarem também a docência universitária. Desta forma alastrou a reputação de ser Portugal o «país dos doutores», com que depreciadamente e estranhado nos que atingiu, não sem alguma razão, por vezes. Essa corrente de opinião irradiou sobretudo de França, onde o qualificativo se aplica aos médicos, cabendo aos advogados o de «maître» e no comum das pessoas o de «senhor», qualquer que seja a sua formação intelectual

de 1974 que o uso dos títulos em Portugal mostrava a falta de espírito democrático da classe dirigente. Com o 25 de Abril outros defenderam que era preciso acabar com o costume, por a cada cidadão apenas caber o tratamento de «senhor».

Propunha-se o nivelamento social dos que tinham direito aos graus e dos que não queriam que os outros fizessem deles um meio de promoção. Mas foi precisamente o contrário o que fez a nova classe dirigente. Por razões demagógicas, quando não de interesse eleitoral, estendeu-se o galardão a outros cursos e alguns de ensino médio, inundando o país de uma vaga de novos títulos. Pode afirmar-se que desde a revolução nunca houve no país tantos professores, doutores e engenheiros, na satisfação das vaidades a que a política partidária obriga.

Muitos dos que antigamente protestavam contra o hábito, aceitaram-no agora com manifesto proveito. Conheço alguns que se intitulam (ou deixam chamar-lhes) professores doutores e não são uma coisa nem

existe, como disse o padre António Vieira, a Universidade da vida que tem igual merecimento na conquista que se pretende fazer de um lugar na sociedade. Não possuir títulos universitários não é vergonha para ninguém, porque sem eles também se pode triunfar em qualquer profissão. O que já se torna grave é a situação dos que utilizam os graus universitários por mera vaidade ou ambição pessoal, quando são um meio posto ao serviço dos outros para melhorar a sociedade e servir Portugal.

O Estado deve olhar para o problema com a urgência que este merece, regulando o uso dos graus universitários e criando uma situação que se vai degradando. Há que legislar na matéria, para evitar a contínua inflação dos graus no tecido social. Importa acabar com situações que são para uns de injustiça e para outros de revoltante desigualdade perante a vida. Como continua a afirmar-se, o nosso país tem doutores a mais. Pois que se concedam os títulos a quem de direito próprio os merece e de acordo com a legislação adequada. Mas ponha-se um travão legal a uma prática que não serve o interesse nacional. Há penas de pavão que em nada embelezam nem prestigiam os que delas se servem aos olhos da sociedade.

rio permitia o tratamento de doutor. Verdade seja que o título apenas tinha cabimento nos que obtinham a laurea doutoral. Mas a sedução da vida política e o prestígio local dos médicos e advogados levaram à inflação do conceito, passando assim a chamar-se aos que haviam obtido o grau de licenciados. É conhecida a tradição que fez de Coimbra a «terra dos doutores», abrangendo na mesma expressão os mestres e, também, os estudantes que antes de serem licenciados, já o eram!

Com a 1.ª República e a necessidade de satisfazer a validade das clientelas, estendeu-se o critério pela via oficial. Os licenciados em letras e ciências, assim como os veterinários e agrónomos, passaram na década de 20 a receber igual tratamento. Eram conhecidos pelo diminutivo do grau, para assim se distinguirem dos doutores de

tual ou científica, incluindo o grau de doutor.

Também os alcaides são cielos dos seus graus e não acham estranho, se são realmente doutorados, registarem nos cartões de visita o título alcançado. Recordo-me de há 35 anos, o leitor de língua germânica na Faculdade de Letras de Toulouse, que era graduado em direito e em letras, assinar as pautas de exame como «Dr. dr. Schröder». E quando lhe perguntei se era a tradição universitária no seu país, respondeu que um grau universitário, obtido com trabalho e mérito, não se ostenta por vaidade nem se esconde por vergonha. É um direito adquirido e que o seu portador leva para o ensino, por ser a docência uma nobre missão que nos vincula à Universidade que nos considerou aptos para a vida profissional.

Ouvi muita gente dizer antes

outra. O exemplo da auto-graduação de capitães em gerais constitui um bom precedente para muitos ascenderem a professores universitários sem a obtenção de graus em provas públicas. O impudor, a que pode também chamar-se atrevimento, vai aumentando a confusão dos títulos, como se não houvesse que manter a decência na vida pública. Já não se distinguem os que fizeram a carreira pela via do mérito e os que devem aos favores da política o contrato para professores universitários, sem possuírem para o justificar os requeridos graus. No nivelamento a que dão origem, assim se vão degradando fórmulas sociais que um dia acabaram por não significar nada.

O país não pode sofrer os efeitos negativos da dicotomia de doutores e não doutores. Ao lado da Universidade oficial

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Universidade - Opina